

CONTRATO Nº 001/2021

Contrato de prestação de serviços de locação de impressora que entre si celebram o Conselho Regional de Serviço Social 20ª Região-MT e a empresa Lider Print Locadora de Impressoras LTDA - ME

O **CONSELHO REGIONAL DE SERVIÇO SOCIAL 20ª REGIÃO/MT**, inscrito no CNPJ sob o nº 00.809.350/0001-01, com sede na Rua Batista das Neves, 22 – Sala 303 – Edifício Comodoro - Cuiabá/MT, neste ato representado por sua Presidente **Larissa Gentil Lima**, brasileira, solteira, assistente social, portadora do RG nº. [REDACTED] SSP-MT e CPF nº. [REDACTED] residente e domiciliada em Cuiabá-MT, doravante denominado **CONTRATANTE**, e a empresa **LIDER PRINT LOCADORA DE IMPRESSORAS LTDA - ME**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 24.103.858/0001-40, IE sob o nº 13.617.518-0, e-mail: comercial@liderprint.com.br, telefone (65) 2127 4888, com sede na Rua João de Barro (antiga Rua Nove), 295, Recanto dos Pássaros, CEP 78.075 290, nesta Cidade e Comarca de Cuiabá/MT, neste ato representada por seu diretor comercial Klebson Dias de Oliveira, empresário, casado, inscrito no CPF sob o nº [REDACTED], residente e domiciliado na Av. Fernando Correa da Costa, 4537 - Chácara dos Pinheiros - Cuiabá MT, doravante denominada **CONTRATADA**, tendo em vista o que consta no Processo Administrativo nº 003/2020, na Lei nº 8.666/93, Lei 10.520/2002, Decreto nº 9.412/2018, Medida Provisória nº 961/2020, Código de Defesa do Consumidor, resolvem celebrar o presente termo de contrato, decorrente de dispensa de licitação, com fulcro no art. 24, II, da Lei nº 8.666/93 e MP nº 961/2020, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO E DAS ESPECIFICAÇÕES:

1.1 Locação de 1 (uma) máquina impressora multifuncional (nova de primeiro uso ou remanufaturada) para o CRESS-MT, com manutenção preventiva e corretiva, e fornecimento de peças e componentes necessários à manutenção, fornecimento de material de consumo para utilização, exceto papel e grampo, conforme condições, quantidades e especificações estabelecidas neste instrumento:

Item	Descrição/Especificação	Quantidade
01	Locação de impressora Multifuncional, processo de	01



	impressão a laser, monocromática, impressão em Duplex, conexão em Rede e Wi-Fi, com franquia de 5.000 cópias mensais, incluindo o fornecimento de tonner, cilindro e revelador, com manutenção preventiva e corretiva; padrão cópia impressão em papel e scanner; velocidade mínima de 40 páginas por minuto em papel formatado A4/carta; resolução de impressão/cópias de no mínimo 600x600 DPI; compatibilidade com Adobe Post Script e PCL, contendo selo do INMETRO com relação ao consumo de energia.	
--	---	--

CLÁUSULA SEGUNDA - DA VIGÊNCIA:

2.1 O prazo de vigência do presente instrumento é de 12 (doze) meses, com início na data de 21/07/2021 e término em 20/07/2022., podendo ser prorrogado por interesse do **CONTRATANTE** até o limite de 60 (sessenta) meses.

2.2 A prorrogação de contrato deverá ser promovida mediante celebração de termo aditivo.

CLÁUSULA TERCEIRA - CLASSIFICAÇÃO DOS SERVIÇOS E DO REGIME DE EXECUÇÃO:

3.1. Classificam-se os serviços como comuns, pois seus padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos por meio de especificações reconhecidas e usuais no mercado.

3.2 A presente contratação adotará como regime de execução a empreitada por preço unitário.

CLÁUSULA QUARTA – DO PREÇO, DO RECEBIMENTO E CONDIÇÕES DE PAGAMENTO:

4.1 O valor do objeto do presente contrato corresponde a R\$200,00 (duzentos reais) mensais, de acordo com a proposta da contratada, conforme tabela a seguir:

Item	Descrição/Especificação	Valor Unitário (Mensal)	Valor Global
01	Locação de impressora multifuncional, com franquia de 5.000 cópias mensais, incluindo o fornecimento de tonner, cilindro e revelador, com	R\$200,00	R\$2.400,00



	manutenção preventiva e corretiva.		
--	------------------------------------	--	--

4.2 O pagamento será realizado mediante a apresentação da Nota Fiscal, atendidas as condições previstas neste instrumento.

4.2.1 A CONTRATADA deverá efetuar a retenção dos tributos e das contribuições federais, conforme estabelecido na Lei nº 9.430/96, na Instrução Normativa RFB nº 1234, de 11 de janeiro de 2012, incluindo também retenções municipais, dispostas na Lei Complementar nº 7 de 1973, quando houver.

4.2.2 No caso da empresa contratada ser optante do SIMPLES, deverá apresentar juntamente com a nota fiscal a declaração em obediência ao inciso XI do art. 4º da Instrução Normativa RFB nº 1234, de 11/01/2012, e Anexo IV da Instrução Normativa da Receita Federal do Brasil nº 1.244, de 30/01/2012, conforme modelo apresentado no Apêndice “A” deste Termo, devidamente assinada pelo responsável e no original.

4.3 O pagamento será realizado no prazo máximo de até 5 (cinco) dias úteis, contados a partir do recebimento definitivo da Nota Fiscal ou Fatura, através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

4.3.1 O recebimento provisório dos serviços será realizado pelo fiscal do contrato, que atestará o relatório dos serviços prestados, juntamente com os documentos de regularidade fiscal fornecidos pela contratada.

4.3.2. Após o recebimento provisório, o fiscal remeterá o relatório e nota fiscal/fatura à ordenadora de despesas para proceder o recebimento definitivo.

4.3.3. Havendo irregularidades, o fiscal determinará a correção pela contratada.

4.4. Considera-se ocorrido o recebimento da nota fiscal ou fatura no momento em que a ordenadora de despesas do CRESS-MT atestar o recebimento da nota fiscal, analisando os quantitativos e preços ali contidos.

4.5 A Nota Fiscal/Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada do relatório de impressões, da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 29 da Lei nº 8.666, de 1993.

4.6. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade da contratada, deverão ser tomadas as seguintes providências:

4.6.1 Providenciar a sua advertência, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa, podendo este prazo ser prorrogado uma vez por igual período, a critério do CRESS-MT;

4.6.2 Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o CRESS-MT deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência da contratante, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado pelo CRESS-MT, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos;



4.6.3 Persistindo a irregularidade, a Administração deverá adotar as medidas necessárias à rescisão dos contratos em execução, nos autos dos processos administrativos correspondentes, assegurada à contratada a ampla defesa;

4.6.5 Havendo a efetiva prestação dos serviços, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão contratual, caso o fornecedor não regularize sua situação junto ao Sicaf; e

4.6.6 Somente por motivo de economicidade, segurança nacional ou outro interesse público de alta relevância, devidamente justificado, em qualquer caso, pela máxima autoridade do órgão ou entidade contratante, não será rescindido o contrato em execução com empresa ou profissional que estiver irregular no Sicaf.

4.7 Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal ou dos documentos pertinentes à contratação, ou, ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, como, por exemplo, obrigação financeira pendente, decorrente de penalidade imposta ou inadimplência, o pagamento ficará sobrestado até que a Contratada providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para o Contratante.

4.8 Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

4.10 Antes de cada pagamento à contratada, será realizada consulta ao SICAF para verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital.

4.11 Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade da contratada, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério da contratante.

4.12 Previamente à emissão de nota de empenho e a cada pagamento, a Administração deverá realizar consulta ao SICAF para identificar possível suspensão temporária de participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas, observado o disposto no art. 29, da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018, de Compras Governamentais.

4.13 Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência da contratada, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

4.14 Persistindo a irregularidade, a contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada à contratada a ampla defesa.

4.15 Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a Contratada não tenha concorrido, de alguma forma, para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação



financeira devida pela Contratante, entre a data do vencimento e o efetivo adimplemento da parcela, é calculada mediante a aplicação da seguinte fórmula:

$EM = I \times N \times VP$, sendo:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela a ser paga.

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

$$I = (TX) \quad I = \frac{(6 / 100)}{365} \quad I = 0,00016438$$

TX = Percentual da taxa anual = 6%

4.16 No ato do pagamento serão retidos na fonte os tributos federais e municipais de acordo com a legislação vigente.

CLÁUSULA QUINTA – DO REAJUSTE:

5.1 Os preços serão reajustados de acordo com a variação geral do Índice Geral de Preços – Disponibilidade Interna (IGP/DI) da Fundação Getúlio Vargas - FGV, ou pelo índice que venha a substituí-lo, com base na seguinte fórmula:

$$R = V \times I$$

Onde: R = valor do reajuste procurado;

V = valor inicial do contrato;

I = IGP-DI (FGV) acumulado dos últimos 12 (doze) meses, a contar da data limite fixada para apresentação da proposta.

5.2 A periodicidade do reajustamento não será menor do que 12 (doze) meses, a contar da data do orçamento ao qual a proposta se referir.

5.3 A omissão da contratada quanto ao seu direito de pleitear o reajuste, não será aceita como justificativa para o pedido de correção anual de preço com efeito retroativo à data a que legalmente faria jus, se não o fizer dentro do primeiro mês do aniversário deste instrumento, arcando esta, portanto, por sua própria inércia.

CLÁUSULA SEXTA – DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS:

6.1 A locação do objeto correrá através da Conta 6.2.2.1.01.04.04.026 – Locação de Bens Moveis, Máquinas e Equipamentos.

CLÁUSULA SÉTIMA - DA FORMA, PRAZOS E CONDIÇÕES DE EXECUÇÃO:

7.1 A contratada deverá fornecer equipamentos novos, de primeiro uso, lacrado de fábrica ou remanufaturado, realizando as manutenções preventivas e corretivas, assim como a troca dos aparelhos quando não for possível a manutenção;



7.2 O fato de a contratada, por qualquer motivo, instalar máquina tecnicamente superior ou de maior capacidade não ensejará qualquer pagamento adicional pela contratante.

7.3 A manutenção preventiva e corretiva das máquinas, bem como a reposição de materiais e insumos deverão ser realizadas no horário de 12:00h às 17:00h, de segunda a sexta-feira, ou em horários e datas previamente agendados.

7.4 Entende-se como manutenção preventiva a assistência técnica planejada e periódica dos equipamentos como: ajustes, reparos, lubrificação, substituição de peças, partes, componentes, acessórios, e recondiçionamentos que tem por objetivo a prevenção da ocorrência de vícios, defeitos ou incorreções das máquinas.

7.5 Entende-se como manutenção corretiva a manutenção não periódica que poderá ocorrer nas máquinas para correção de vícios, defeitos ou incorreções eventuais e não iminentes das máquinas.

7.6 Qualquer parada para manutenção ou upgrade programada deverá ser informada com antecedência mínima de 72 (setenta e duas) horas.

7.7 Em caso de indisponibilidade do serviço de cópia, o tempo médio para restabelecimento (Medium Time To Remove - MTTR) deve ser de, no máximo, 16 (dezesseis) horas úteis. Portanto, havendo necessidade urgente do serviço e estando o equipamento indisponível, a contratada deverá providenciar a troca do equipamento no prazo máximo de 16 (dezesseis) horas úteis.

7.8 Será realizada a leitura da máquina no início e no término de cada atendimento técnico e devidamente registrada na Ordem de Serviço correspondente.

7.9 Dos chamados para serviços técnicos e de reposição de material:

7.9.1 Ao atenderem ao chamado o(s) técnico(s) da contratada deverá(ão) estar com o material de reposição e/ou portando ferramentas adequadas e instrumentos de teste para executar diagnóstico e manutenção no local. As peças defeituosas poderão ser substituídas dentro das dependências do contratante.

7.9.2 Os chamados serão feitos pelo setor responsável pelo contrato, através de chamada telefônica e envio de e-mail para a contratada, cujo conteúdo indicará o tipo de serviço a ser realizado.

7.9.3 A contratada deverá indicar para a assinatura do contrato conta de e-mail que servirá para solicitação de serviços pela contratante.

7.9.4 A contratada deverá manter gerenciamento da conta de e-mail indicada, mantendo-a ativa e fazendo atualizações constantes dos e-mails recebidos e enviados durante todo prazo de duração do contrato.

7.9.5 A contratada deverá acusar o recebimento do e-mail de solicitação do serviço da contratante no prazo máximo de 01 (uma) hora após o horário em que a contratante o enviou.

7.9.6 A contagem do prazo para acusar recebimento do e-mail será paralisada às 17 horas do dia do envio, sendo esta continuada às 8 horas do dia útil seguinte.

7.9.7. Decorrido esse prazo sem que haja manifestação por parte da contratada, a solicitação de serviço será considerada como recebida e será iniciada a contagem do prazo para atendimento.

7.9.8 Ao chegar ao local de atendimento e após a conclusão dos serviços, o técnico da contratada deverá se apresentar ao servidor designado pelo contratante para acompanhamento dos serviços naquela localidade, que lhe entregará a respectiva Ordem de Serviço para ser devidamente preenchida, em especial apondo data e hora de chegada e de conclusão do serviço.

7.9.10 A Ordem de Serviço deverá ser assinada por ambos (técnico e servidor).

7.9.11 A via original da ordem de Serviço ficará com o servidor designado.

7.9.12 Será de responsabilidade do servidor designado a conferência do correto preenchimento da Ordem de Serviço pelo técnico, com atenção em relação às datas e horas.

7.9.13 A apuração do prazo para o atendimento inicial e a conclusão do serviço será realizada pelo gestor de contrato, de acordo com as datas e horas certificadas pelo técnico da contratada na respectiva Ordem de Serviço.

7.9.14 A contratada deverá observar as regras de segurança existentes no CRESS-MT para entrada ou saída de materiais e equipamentos.

7.9.15 Nenhuma máquina deverá ser removida ou transferida do local em que foi instalada sem o consentimento formal do contratante.

7.9.16 O Gestor do contrato poderá convocar o preposto da contratada para reuniões presenciais, que serão registradas em ata. Nessas reuniões poderão ser fixadas datas para a execução dos serviços de manutenção preventiva, ficando a contratada obrigada a cumprir os prazos e serviços solicitados.

7.9.17 O descumprimento dos prazos e datas acordados em reunião e consignados em ata será contabilizado como descumprimento e inexecução do contrato.

7.10 O prazo para início, instalação e funcionamento dos equipamentos objeto deste contrato será de até 3 (três) dias úteis, contados da assinatura do contrato, deixando-os em perfeita condição de uso e operacionalidade e em local fixado pelo CRESS-MT, arcando com todos os custos envolvidos para tais fins.

7.11 Os prazos para a execução dos serviços serão os especificados na tabela abaixo:

Tipo	Descrição do Serviço	Prazo para atendimento (dia útil)	Prazo para conclusão do serviço (dia útil)
1	Medições mensais do número de cópias para fins de pagamento.	1º dia subsequente ao que será faturado	Até o 5º dia do mês subsequente ao que será faturado
2	Reposição de material ou insumo	1 dia	1 dia

Rua Batista das Neves, 22 – Sala 303 – Edifício Comodoro - Cuiabá/MT

CEP: 78005-190 - Fone: (65) 3624-9313 Fax: (65) 3624-2095

cressmt@cressmt.org.br

www.cressmt.org.br



3	Assistência técnica para máquina sem funcionamento.	1 dia	1 dia
4	Assistência técnica para máquina funcionando parcialmente.	1 dia	1 dia
5	Serviço requisitado e agendado em reunião	Prazo acordado e/ou especificado em reunião e/ou requisição.	Prazo acordado e/ou especificado em reunião e/ou requisição.
6	Fornecer informações técnicas relativas ao objeto contratual.	1 dia	2 dias

7.12 Quando houver atraso nos prazos de atendimento inicial e/ou de conclusão do serviço definidos na tabela acima, o serviço poderá ser considerado como inexecução parcial do contrato.

7.13 No prazo para conclusão dos serviços já estão incluídas eventuais necessidades de substituições da máquina, bem como peças, componentes e acessórios que porventura não estejam em poder do técnico no momento do atendimento.

7.14 A fim de evitar descumprimento dos prazos poderá a contratada substituir a máquina cujo conserto demandar prazo acima definido por outra de modelo equivalente ou superior, em perfeitas condições de uso, sem ônus adicional para a contratada, responsabilizando-se por todos os custos decorrentes.

7.15 Os chamados que forem concluídos fora do prazo previsto na tabela acima ainda assim deverão ser executados pela contratada, sendo levados em conta os relativos percentuais de descontos por dia de atraso.

7.16 A ocorrência de três chamados técnicos classificados como tipo 2, 3, 4 e 5 para uma mesma máquina em um período de 30 (trinta) dias corridos, ensejará a substituição da máquina por outra de modelo igual ou superior, em perfeitas condições de uso, sem ônus adicional para o contratante, responsabilizando-se a contratada por todos os custos decorrentes, sem prejuízo dos descontos na fatura no respectivo mês.

7.17 Não serão contabilizados na regra estabelecida acima os chamados abertos para reposição de toner, após a máquina ter ultrapassado a quantidade de cópias referente à capacidade de impressão especificada para o cartucho toner.

7.18 O descumprimento dos prazos e condições definidos poderá ensejar a rescisão do contrato, sem prejuízo das demais penalidades cabíveis na Lei Federal nº 8.666/93.

CLÁUSULA NONA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE:

9.1 São obrigações da Contratante:

9.1.1 Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da Contratada, através de comissão/trabalhadora especialmente designada;

9.1.2 Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pela contratada;

9.1.3 Registrar em relatório as deficiências verificadas na execução dos serviços, encaminhando cópia à contratada, para a imediata correção das irregularidades apontadas, sem prejuízo da aplicação de penalidades;

9.1.4 Não permitir que terceiros não autorizados ou credenciados pela contratada intervenham nas partes e nos componentes do equipamento;

9.1.5 Não ceder, transferir ou sublocar o equipamento objeto deste contrato, assim como não introduzir modificação de qualquer natureza no equipamento;

9.1.6 Responsabilizar-se por qualquer dano, prejuízo ou inutilização do equipamento causado por sua culpa;

9.1.7 Preparar o local para instalação do equipamento;

9.1.8 Efetuar o pagamento na forma ajustada neste Instrumento Contratual.

9.2 O CRESS-MT não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do presente Termo de Contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

9.3 A prestação de serviços de manutenção preventiva ou corretiva, assim como de instalação dos equipamentos, não representará qualquer vínculo empregatício do Contratante com os empregados ou prepostos da Contratada.

CLÁUSULA DÉCIMA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA:

10.1 A Contratada deve cumprir todas as obrigações constantes no termo de referência, neste contrato e na sua proposta, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto e, ainda:

10.1.1 Fornecer, quando solicitado pela contratante ou necessário para a perfeita prestação dos serviços, mão-de-obra especializada e habilitada a manter as máquinas adequadamente ajustadas e em perfeito estado de conservação e funcionamento;

10.1.2 Fornecer insumos e materiais de consumo (Toner, Kits de imagem, incluindo o(s) cilindro(s)) de boa qualidade para o perfeito funcionamento das máquinas e na quantidade necessária para suprir a demanda (exceto papel e grampo), no prazo estabelecido neste Termo, sem ônus adicional para o CRESS-MT, devendo informar, inclusive, todas as condições de fornecimento (quantitativo/durabilidade);

10.1.3 Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);

10.1.4 Fornecer máquinas cujas peças, componentes, acessórios e materiais estejam disponíveis (ou em linha de fabricação) no mercado, para imediato atendimento aos chamados para reparo técnico;



- 10.1.5** Realizar manutenção preventiva e corretiva nas máquinas nos prazos e condições estabelecidos pela contratante de forma a mantê-las em regular e contínuo funcionamento;
- 10.1.6** Comprovar, no ato da assinatura do contrato, que possui e manterá durante toda a execução do contrato estrutura administrativa e técnica na Região Metropolitana de Cuiabá, sendo essa última, própria ou credenciada para serviços de manutenção preventiva e corretiva das máquinas, que garantam a ininterrupta execução dos serviços e pleno cumprimento das obrigações contratuais, em especial no tocante aos prazos estabelecidos;
- 10.1.7** Indicar preposto para representá-la durante a execução do contrato;
- 10.1.8** Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, as suas expensas, no total ou em parte, o objeto deste contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreção resultante da execução dos serviços ou de materiais empregados;
- 10.1.9** Fornecer, se necessário, transformadores e/ou estabilizadores no ato das instalações das máquinas, sem ônus adicionais para o CRESS-MT;
- 10.1.10** Fornecer todos os meios, aparelhos, máquinas e mão-de-obra especializada necessários à instalação das máquinas nos locais definidos;
- 10.1.11** Instruir e treinar, sem ônus adicional, as trabalhadoras que irão operar as máquinas no local em que estiverem instaladas, em dia e local previamente agendado com o gestor do contrato, ou na troca de equipamento por modelo diferente do existente;
- 10.1.12** Atender, no prazo estabelecido neste contrato, todas as solicitações de visita técnica, bem como de entrega de suprimentos, devendo, ao final do atendimento, entregar relatório descrevendo os serviços realizados e/ou comprovante de entrega do suprimento;
- 10.1.13** Transportar, seus funcionários, ferramentas e máquinas sempre que o atendimento técnico for solicitado;
- 10.1.14** Manter devidamente limpos os locais onde se realizar os serviços;
- 10.1.15** Utilizar material de limpeza próprio, não podendo utilizar materiais de limpeza da contratante;
- 10.1.16** Notificar o contratante da existência de defeitos, vícios, ou mau funcionamento das máquinas;
- 10.1.17** Fornecer e instalar máquina igual, ou superior, sem ônus adicionais, no local em que houver sido retirada máquina para conserto;
- 10.1.18** Efetuar medições mensais no prazo estabelecido neste contrato, extraindo relatório demonstrativo do número de cópias produzidas no período, excluindo as cópias decorrentes de testes promovidas por técnicos da empresa. As medições deverão ocorrer na presença de um servidor e o relatório deverá ser assinado pelo técnico e pelo servidor que acompanhar a medição;

- 10.1.19** Fornecer relatórios e/ou esclarecimentos relativos a cópias, individuais ou globais, de máquinas e demais assuntos que se fizerem necessários sempre que solicitado pela contratante;
- 10.1.20** Fornecer máquinas e insumos de baixo impacto ambiental, levando em conta a saúde e segurança das pessoas e a proteção ao meio ambiente;
- 10.1.21** Entregar, no ato da instalação da máquina, manual em português, impresso e encadernado;
- 10.1.22** Atendendo para as normas de segurança nas dependências do contratante, a contratada deverá informar o nome e número do documento de identidade de cada funcionário que se apresentar para prestar serviços de entrega de suprimento e/ou manutenção/conserto dos equipamentos, devendo seus técnicos se apresentarem devidamente identificados por meio de crachás e/ou uniformizados;
- 10.1.23** Retirar, ao término do contrato, as máquinas das dependências do CRESS-MT, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis a partir do recebimento da comunicação formal da contratante, podendo esse prazo ser prorrogado a critério da Administração;
- 10.1.24** Desligar todos os protocolos de rede que não serão necessários para a utilização da mesma na rede local do CRESS-MT;
- 10.1.25** Realizar a conexão da impressora na rede local da contratante apenas após a autorização do CRESS-MT;
- 10.1.26** Informar formalmente ao contratante se a impressora possui discos rígidos (HD) interno que armazene, mesmo que temporariamente, as imagens e/ou arquivos enviados para impressão;
- 10.1.27** A contratada fica obrigada a trocar o HD, caso a impressora possua disco rígido interno (HD), a sempre que for necessária a substituição de um HD por outro, o disco defeituoso ficará de posse da contratante;
- 10.1.28** A contratada fica obrigada, ao fim do contrato, caso a impressora possua disco rígido interno (HD), na presença do fiscal do contrato, a remover os HDs e realizar a sobrescrita dos dados (wipe) de forma que eles se tornem irrecuperáveis;
- 10.1.29** Aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos e supressões, que se fizerem necessários no objeto contratado, até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato, consoante o disposto no art. 65, §§ 1º e 2º, da Lei Federal nº 8.666/93;
- 10.1.30** Responsabilizar-se integralmente pelo objeto contratado, nas quantidades e padrões estabelecidos, vindo a responder pelos danos causados diretamente ao CRESS-MT ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo, nos termos da legislação vigente, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou acompanhamento pelo órgão interessado, conforme determina o art. 70 da Lei nº 8.666/1993;
- 10.1.31** Atender prontamente todas as solicitações do CRESS-MT, previstas no Termo de Referência e estabelecidas no Contrato.

10.1.32 Comunicar ao CRESS-MT, por escrito, qualquer anormalidade de caráter urgente e prestar os esclarecimentos necessários;

10.1.33 Não empregar menores de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre, bem como a não empregar menores de 16 anos em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 anos.

10.1.34 Não contratar empregados que sejam cônjuges, companheiros ou parentes em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive, de ocupantes de cargos junto ao CRESS-MT;

10.1.35 Manter durante toda a execução deste Contrato, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no processo de contratação. Na hipótese do inadimplemento do item anterior, a contratada será notificada, no prazo definido pelo CRESS-MT, para regularizar a situação, sob pena de rescisão do Contrato (Arts. 78, inciso I e 87, da Lei nº 8.666/1993), além das penalidades previstas no Termo de Referência, no Instrumento do Contrato e na Lei;

10.1.36 A contratada se obriga a manter sempre atualizados os seus dados cadastrais, alteração da constituição social ou do estatuto, conforme o caso, principalmente em caso de modificação de endereço, sob pena de infração contratual.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DO CONTROLE E FISCALIZAÇÃO:

11.1 Nos termos do art. 67 Lei nº 8.666, de 1993, será designado representante para acompanhar e fiscalizar os serviços, anotando em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução e determinando o que for necessário à regularização de falhas ou defeitos observados.

11.2 A fiscalização de que trata o item 11.1 não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas ou vícios redibitórios, e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 70 da Lei nº 8.666, de 1993.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA SUBCONTRATAÇÃO:

12.1 Não será admitida subcontratação do objeto.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DA ALTERAÇÃO SUBJETIVA:

13.1 É admissível a fusão, cisão ou incorporação da contratada com ou em outra pessoa jurídica, desde que sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação original, sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato, não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja anuência expressa do CRESS-MT à continuidade do contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DAS SANÇÕES:

14.1 Comete infração administrativa nos termos da Lei nº 10.520, de 2002, a Contratada que:

14.1.1 Inexecutar total ou parcialmente qualquer das obrigações assumidas em decorrência da contratação;

14.1.2 Ensejar o retardamento da entrega do objeto;

14.1.3 Comportar-se de modo inidôneo;

14.1.4 Cometer fraude fiscal.

14.2 Pela inexecução total ou parcial do objeto deste contrato, a Administração pode aplicar à Contratada/Fornecedora as seguintes sanções:

14.2.1 Advertência, por faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretarem prejuízos significativos para o CRESS-MT;

14.2.2 Multa moratória;

14.2.3 Multa compensatória de até 10% (dez por cento) do valor global do contrato;

14.2.4 Suspensão de licitar e contratar com o órgão pelo prazo de até 2 (dois) anos.

14.3 As sanções previstas nos subitens 12.2.1, 12.2.2 e 12.2.4 poderão ser aplicadas à Contratada/Fornecedora juntamente com as de multa prevista no item 12.2.3, descontando-a dos pagamentos a serem efetuados.

14.4 Também estará sujeita à penalidade a empresa que se enquadrar em um dos casos previstos no art. 87 da Lei nº 8.666/93.

14.5 A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa à Contratada, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993, e subsidiariamente a Lei nº 9.784, de 1999.

14.6 Na hipótese de a contratada não iniciar o objeto contratado no prazo estabelecido, caracterizar-se-á atraso, e será aplicada multa de 0,5% (zero vírgula cinco por cento) por dia, até o máximo de 10% (dez por cento) sobre o valor da contratação.

14.7 O contratante a partir do 10º (décimo) dia de atraso, poderá recusar o objeto contratado, ocasião na qual será cobrada a multa relativa à recusa e não mais a multa diária por atraso, ante a não cumulatividade da cobrança.

14.8 Em caso de recusa da prestação do serviço contratado aplicar-se-á multa de 10% (dez por cento) sobre o valor da contratação.

14.9 Entende-se configurada a recusa, além do descumprimento do prazo estabelecido no item 12.6, as hipóteses em que a contratada não apresentar situação regular conforme exigências contidas no Termo de Referência e no Instrumento Contratual.

14.10 Na hipótese da contratada deixar de desligar os protocolos de rede desnecessários à utilização do equipamento, ensejará multa de 0,5% (cinco décimos percentuais) sobre o valor mensal estimado do Contrato, por dia de atraso, limitado ao máximo de 10% (dez por cento) do valor anual estimado do Contrato, caso haja prejuízo provocado por essa conduta.

14.11 Na hipótese da contratada conectar o equipamento em rede não autorizada, ensejará multa de 10% (dez por cento) do valor global do Contrato.

14.12 Caso a contratada deixe de remover, na presença dos responsáveis pela fiscalização do contrato, as informações gravadas nos HDs, ensejará multa de 10% (dez por cento) do valor global do Contrato.

14.13 Caso a contratada não atenda aos demais prazos e obrigações constantes no Termo de Referência e no contrato, aplicar-se-á multa de 0,2% (zero vírgula dois por cento) por dia, limitada a 10% (dez por cento) sobre o valor da contratação.

14.14 A multa aplicada em razão de atraso injustificado não impede que a Administração rescinda a contratação e aplique outras sanções previstas em lei.

14.15 As multas descritas serão descontadas de pagamentos a serem efetuados ou da garantia, quando houver, ou ainda cobradas administrativamente e, na impossibilidade, judicialmente.

14.16 O CRESS-MT poderá suspender os pagamentos devidos até a conclusão dos processos de aplicação das penalidades.

14.17 A contratada não incorrerá em multa durante as prorrogações compensatórias expressamente concedidas pelo contratante, em virtude de caso fortuito, força maior ou de impedimento ocasionado pela Administração.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DA ALTERAÇÃO:

15.1 Este contrato poderá ser alterado nos casos previstos no art. 65 da Lei nº 8.666/93, desde que haja interesse do contratante, com apresentação das devidas justificativas.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DA RESCISÃO:

16.1 A rescisão deste contrato dar-se-á pelo término de sua vigência, ou nos termos do art. 77 a 80 da Lei nº 8.666/93.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS:

17.1 A contratada responderá pelos danos eventuais que vier a causar em decorrência de descumprimento de quaisquer das condições previstas neste instrumento.

17.2 A contratada é responsável pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução deste Contrato, conforme art. 71 da Lei nº 8.666/1993.

17.3 O objeto do presente Contrato inclui salários, encargos, taxas, vantagens pecuniárias especiais inerentes à categoria profissional e demais obrigações trabalhistas.

17.4 Na execução do presente Contrato, hão de ser observados os preceitos de direito público e os ditames da Lei Geral de Licitações, sendo aplicados supletivamente os princípios da teoria geral dos contratos, Código de Defesa do Consumidor e as disposições de direito privado.

17.5 Os casos omissos neste Contrato serão resolvidos pela Presidência, com base na legislação vigente.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – DO FORO:

18.1 Fica eleito o foro da Justiça Federal, Seção Judiciária de Mato Grosso, na cidade de Cuiabá, para dirimir quaisquer dúvidas decorrentes do presente Contrato.

E, por estarem assim justas e contratadas, firmam as partes contratantes o presente instrumento em 02 (duas) vias de igual teor e forma, para que se produzam os necessários efeitos legais.

Cuiabá/MT, 21 de julho de 2021.

Conselho Regional de Serviço Social 20ª Região-MT
Contratante



LIDER PRINT LOCADORA DE IMPRESSORAS LTDA – ME
Contratada

CNPJ: 24 103 858/0001-40

**LIDER PRINT LOCADORA DE EQUIPAMENTOS
DE INFORMÁTICA LTDA.**

**Av. Fernando Correa da Costa, Nº. 4537
Bairro: Chácara dos Pinheiros**

CEP. 78.080-000

CUIABÁ

-

MT.

